

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO AMBIENTE

Ao dia 1 do mês de julho de dois mil e vinte e dois, o CMA – Conselho Municipal do Ambiente, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

O Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e Pelouro da Inovação e Transição Digital, Filipe Araújo deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Apresentação do Pacto do Porto para o Clima

O Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e Pelouro da Inovação e Transição Digital, Filipe Araújo, apresentou o Pacto do Porto para o Clima. Referiu que “este Pacto nasceu da necessidade de ter um documento único que motivasse a que todos tivessem um desígnio comum (o Município e os vários *stakeholders* da cidade). Constatou-se que há muitas ações individuais desenvolvidas pelas mais diversas entidades e que o Município tem também muitas áreas diferentes (águas, resíduos, energia, entre outras). No Porto encontramos vários *stakeholders* a ter um papel interveniente e relevante em várias áreas que dizem respeito à melhoria das condições de vida nas cidades, nomeadamente em temas estruturantes como o das alterações climáticas”. Apesar disso, referiu que a cidade não tinha algo que fosse para além dos ciclos políticos e que envolvesse todos. “O Porto contribuiu para que a União Europeia elevasse as metas” – o Vereador deu o exemplo da intervenção que a cidade tem desempenhado nas redes europeias, nomeadamente na rede EUROCITIES. Desde 2008 que o Município faz a monitorização dos Gases de Efeito de Estufa (GEE) da cidade através da Agência de Energia do Porto. Referiu ainda que: “Nós tínhamos um objetivo crescente que rondava a redução de 60% dos GEE ATÉ 2030.” Lembrou que “aquilo que o Município pode influenciar a nível de emissões diz respeito a apenas 6% das emissões da cidade e que toda a imensidão de trabalho restante tem de ser feito, necessariamente, por todos.” E acrescentou que este foi muito do pensamento que motivou o Pacto do Porto para o Clima. **Filipe Araújo** disse ainda que há dois grandes pontos na cidade que se resumem a duas áreas de atuação e que têm de ser trabalhadas no futuro: uma responsável por 50% das emissões – edifícios – e 40% provenientes do setor dos transportes. “Até 2020 conseguimos reduzir 52% (desde 2004). Com este panorama e olhando para o Roteiro da Neutralidade Carbónica 2050, nós ganhamos consciência que atingiríamos a neutralidade carbónica algures na próxima década. Quando falamos em neutralidade carbónica referimo-nos a ter 85% de redução de emissões e 15% de captação.” Nesse sentido, **Filipe Araújo** sublinhou que seria necessário envolver a comunidade, naquilo a

que chamaram o Pacto do Porto para o Clima, um instrumento de livre adesão. Explicou que o Pacto do Porto para o Clima é o instrumento político que irá guiar a cidade até 2030, com o objetivo da neutralidade carbónica, onde todos contribuimos, em ações conjuntas, tendo em vista convocar o setor privado e o setor público para uma participação conjunta.

Quem assina o Pacto deve comunicar os seus resultados, partilhar as suas ações para o Município conseguir monitorizar o que a cidade está a fazer em termos de descarbonização. Com o Pacto do Porto para o Clima pretende-se despertar a ação dos cidadãos e organizações e criar uma grande comunidade de aprendizagem, partilha e apoio mútuo. A subscrição do Pacto é voluntária, não vinculativa e sem custos. A ambição designada é que o Porto seja a cidade líder, a nível nacional, na ação climática, antecipando a neutralidade carbónica. O Vereador acrescentou ainda que “O Pacto tem já muitos subscritores, mais de 150 a esta data”. Mencionou ainda algumas empresas envolvidas, associações, clubes desportivos, ONG's. A equipa tem trabalhado ainda para envolver as IPSS no Pacto, pois consideram que estes são consumidores de energia importantes.

O Vereador tem a intenção que este Pacto vá evoluindo continuamente e para isso partilhou, em primeira mão, a realização de um evento anual de comunicação sobre o mesmo e eventos sectoriais temáticos em função do tipo de organização.

(Neste momento ocorreu um problema técnico, que nos foi alheio, e que impossibilitou a gravação de cerca de 4 minutos. Situação esta que inviabiliza a transcrição para ata das intervenções que foram efetuadas nesse período de tempo).

Participante que não se identifica: Qual parece ser a apreciação da cidade? O que é prioritário?

O Vereador Filipe Araújo: Há um plano numa lógica de intervir em vários temas. Este considera a área da mobilidade que passa por uma descarbonização dos transportes – estimular o uso dos transportes públicos, bem como passar a ter transportes menos poluentes. O Vereador disse que se está, pela primeira vez, a pensar usar impostos (alguns deles diretos de emissões) para financiar a mobilidade que se pretende ter no futuro. Referiu ainda que no que diz respeito aos edifícios, há uma aposta do município de tornar os seus edifícios energeticamente mais sustentáveis. E as exigências dos novos edifícios vão ao encontro das empresas que procuram escritórios e edifícios com níveis de sustentabilidade mais elevado. Em relação a esta matéria, deu o exemplo concreto do Terminal Intermodal de Campanhã (TIC), edifício norma LEED, que permitirá retirar mil autocarros por dia da circulação dentro da cidade do Porto e que tem um grande impacto nas emissões da cidade, tal como as novas linhas de metro projetadas.

O Vereador Filipe Araújo referiu também o tema da alimentação como um tema relevante do Município para a descarbonização. Referiu ainda o Pacto do Porto para o Clima para induzir essas mudanças, pois algumas dessas mudanças são necessariamente comportamentais.

Relembrou que a VCI, em 2013, tinha 90 mil veículos a passar por dia e neste momento vai praticamente nos 160 mil diários.

Manuela Guimarães, do NDMALO-GE: Têm pensado medidas (para os edifícios residenciais) que possam ajudar as famílias mais desfavorecidas na diminuição de consumos? Deu o exemplo que para se aceder aos subsídios do Fundo Ambiental, as janelas têm de ser Classe A+ e que era enorme essa exigência. Questionou, ainda, se o Metro irá descer a Avenida Marechal Gomes da Costa.

O Vereador Filipe Araújo respondeu que, em termos de medidas de apoio aos mais desfavorecidos, o Município é proprietário de 12% da habitação da cidade e que durante os últimos anos foi feita paulatinamente a melhoria habitacional dos bairros sociais, com um investimento de mais de 150 milhões de euros nos últimos 8 anos e que configuram uma melhoria de eficiência energética, consumando uma redução de uso de energia na ordem dos 45%. “A estratégia, que vamos abordar no 4 ponto desta reunião, passa pelo melhor uso de energia, ou seja, vamos passar a produzir energia nos nossos edifícios, nos 12% de habitação social, para que as pessoas que lá residem possam ter energia a preços mais reduzidos. Na habitação social, o habitual é que as pessoas pagam 20, 30, 40 euros por mês de renda e pagam 100, 120, 130 euros de energia” - destacando o peso do preço da energia no rendimento das famílias. **O Vereador Filipe Araújo** acrescentou ainda que “quanto aos programas nacionais de apoio, de facto, eles têm vários problemas que foram identificados, nomeadamente que as pessoas têm que primeiro fazer o investimento e só depois recebem (se receberem) o apoio, o que limita muito quem não tem condições económicas para fazer esses investimentos. Essa situação leva-nos a pensar como o Município pode fazer o aconselhamento nessas situações e aqui entra o Programa Porto Energy Hub, um espaço físico para ajudar a população na promoção da poupança de energia e no aumento de conforto na habitação”. Quanto ao Metro abordado na questão, o **Vereador Filipe Araújo** esclareceu que, na verdade, trata-se de um BRT (Bus Rapid Transit). Nesta operação, os autocarros serão movidos a hidrogénio (de acordo com aquilo que está previsto) e que haverá autocarros a circular e que viram para a Av. Marechal Gomes da Costa e outros que descem a Avenida da Boavista, interligando com a Rotunda da Anémoma.

Cristina Santos, do PAN: Não vão ter submetas para cumprir até 2030?

O Vereador Filipe Araújo respondeu que vão monitorizar os valores que forem apresentando. “O que estamos a viver atualmente (a questão da guerra por exemplo) colocou uma ênfase na questão da energia renovável, que ganhou força. No entanto, a meta definida é para 2030.”

Tiago Fonseca em representação da JF do Centro Histórico: O que está pensado para a habitação social em termos de eficiência energética está pensado para uma lógica mais macro, ou seja, para todo o Município do Porto? A implantação de uma comunidade energética, de modo

a que seja o Município do Porto a comercializar, a vender energia, a todos os clientes privados e públicos?

Sobre esta questão, o **Vereador Filipe Araújo** explicou que, “as comunidades energéticas funcionam de maneira que se permite que se possa ocupar outro edifício, que permita colocar painéis e usarem a energia para si. Uma Junta de Freguesia ou outra entidade tem hoje à disposição do mercado, sem ter que fazer investimento, entidades que investem e que passam a produzir energia e depois ficam a pagar parte desse investimento durante x anos. Na Agência de Energia temos ajudado várias entidades a dimensionar vários projetos”.

Joaquim Peixoto, da Zero: Na perspetiva de redes de transportes e mobilidade, o que está a ser feito para que as coisas sejam realizadas de uma forma integrada e abrangente, dado os concelhos que estão à volta do Porto?

O **Vereador Filipe Araújo** explicou que “a estratégia de mobilidade é clara, é uma estratégia metropolitana também. Voltou a referir os projetos para o metro, do BRT, dos autocarros e mencionou que o maior problema é mesmo a VCI porque envolve uma multiplicidade de atores”. Relembrou que o Porto tem um passe intermodal há mais de 20 anos e que as crianças até aos 18 anos podem andar nos transportes públicos gratuitamente. Acrescentou ainda que “também estamos a investir numa nova ponte com Gaia, pelo que a articulação com outros municípios existe”.

Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima”

O **Vereador Filipe Araújo** passou a palavra ao seu Adjunto, **Daniel Freitas**, para fazer a apresentação e explicação do tema. Antes deu nota que, “a cidade do Porto foi selecionada pelo percurso que fizemos e a estratégia que projetamos para o futuro”.

Daniel Freitas explicou que: “A questão da seleção do Porto para o programa da Missão Cidades Inteligentes e com impacto neutro para no clima reflete o caminho que a cidade já traçou até ao ponto em que está, bem como a ambição do objetivo a atingir até 2030. Esta foi uma chamada aberta pela Comissão Europeia, no âmbito do programa EU Missions, que tem 5 grandes missões que a Comissão Europeia coloca com grande ambição até 2030, sendo que uma delas está relacionada com a descarbonização da União Europeia – Missão Cidades. Para isso, a UE convidou as cidades para trabalhar não só com as metas que os Estados-Membro têm para a neutralidade carbónica, mas quis ir mais longe e pôr uma ambição maior no âmbito das cidades. No âmbito desta chamada, para qual se candidataram cerca de 400 cidades/territórios, dentro dos Estados Membro foram escolhidas 100. Esse era o objetivo. Em Portugal, candidataram-se 14 ou 15 cidades ou agrupamentos de municípios, mas foram apenas selecionados 3 – Porto, Lisboa e Guimarães. Estas 100 cidades partilham a ambição de serem líderes nesta matéria à

qual se juntam mais 12, que fazem parte dos países associados da EU. Assim, as 112 cidades pretendem ser cidades farol, cidades liderantes, com a perspetiva de terem a capacidade de aceder a financiamentos adicionais que permitam acelerar a questão da neutralidade carbónica e com isso serem as cidades que irão inspirar a gestão de cidades europeias e os restantes territórios, a nível europeu, no sentido de se atingir a neutralidade carbónica na Europa até 2050. O programa é muito focado na lógica da descarbonização, não só na parte ambiental e em tudo aquilo que se referiu até agora e que está muito relacionado com a ambição do Pacto do Porto para o Clima, mas também acrescentando uma parte muito forte de digitalização, tendo como foco as cidades inteligentes. Tudo aquilo que seja trabalhar analítica, trabalhar os dados e que permita desenvolver vantagens naquilo a que vulgarmente chamamos de “*smart cities*” é importante colocar em cima da mesa e, por isso, há aqui uma sinergia muito forte e que tem o desafio adicional dentro do município de se olhar holisticamente para tudo isto. Tal como o Pacto, esta tentativa de tornar o território neutro em carbono não depende exclusivamente do município e das suas empresas municipais. É um desafio aberto à comunidade, a todas as instituições, organizações do sector social e económico.”

Daniel Freitas esclareceu, ainda, que numa primeira fase esta Missão pretende ter 3 *outputs* que se conjugam no *Climate City Contract* – e que cada cidade terá de liderar esse processo. O *Climate City Contract* (CCC) é um contrato, não tem um peso legal de obrigatoriedade, mas permite que todas as entidades se juntem neste compromisso de cidades – não só do município mas das instituições de ensino superior ou das grandes empresas, por exemplo. O Programa de gestão da Missão ainda não tem um documento fechado, mas será seguramente trabalhado nos próximos meses. Ao mesmo tempo, este CCC é suportado por um Plano de Investimentos até 2030 que junta todos os parceiros (Universidades, Politécnicos, Empresas) que já têm alguma ligação com o Município através do compromisso estabelecido no Pacto. **Daniel Freitas** acrescentou que, “posto isso, vamos juntar ainda um Plano de Ação até 2030, em suma orientando aquilo que vamos fazer, com que investimentos vamos fazer e como é que o vamos fazer. Estes 3 *outputs*, suportados pela Comissão Europeia através de um consórcio que foi financiado pelo Horizonte 2020 especificamente para o efeito, vão ser acompanhados pelo *Net Zero Cities* que vai dar apoio técnico, iniciativas de outros planos de investimento de outras cidades, bem como fomentar a criação de relação e partilha de boas práticas entre cidades. O resultado do CCC, logo que esteja aprovado pela Comissão, permitirá, a cada uma destas cidades missão, usar esta “*label*” de Cidade Missão. Com esse selo de qualidade, a ideia é que possam conseguir catapultar e aceder mais facilmente a novas vias de financiamento. Esperamos que possa funcionar como uma “via verde” de compromisso, não só para o Município mas também para os seus *stakeholders*. O Município aqui tem o papel de facilitador, esperando que ser uma cidade missão seja relevante para o cumprimento destes objetivos: desenvolver todos os projetos interessantes tendo em vista a descarbonização e então cumprir-se essa meta para cada uma das cidades. Estamos a falar de grandes infraestruturas do Estado, das escolas, de instituições, da indústria, das pequenas e médias empresas e do desafio de juntar os cidadãos

ao compromisso, corporizando os investimentos que têm de ser feitos para reduzir mas também apostar na mudança comportamental que, por um lado induza as próprias empresas a mudar por via dos seus utilizadores e consumidores. Há, portanto, uma grande comunidade que tem de ser gerada e gerida. **Daniel Freitas** conclui que, para já, um dos “desafios é conseguir constituir dentro da esfera municipal uma equipa de transição, mas também dentro do município que consiga de uma forma constante e consequente desafiar os *stakeholders* a participar neste desafio. Neste momento estamos a trabalhar neste modelo.”

A apresentação terminou e o Vereador Filipe Araújo intervém e refere que, há um caminho, um trabalho, que convoca a todos e que as oportunidades de financiamentos e outras situações serão para muitos dos presente uma oportunidade para participarem e para desenvolverem projetos. “O facto de termos sido selecionados para este programa leva-nos a pensar que vamos conseguir atingir as metas: além do apoio da Comissão Europeia que temos atualmente, esperemos também ter o apoio por parte do Estado e da Comissão de Coordenação”.

Sem pedidos de esclarecimentos por parte dos presentes passaram para o último ponto da reunião:

Estratégia e Projetos na área de Energia

O Vereador Filipe Araújo referiu a presença do administrador daquela empresa, detida a 100% pelo Município do Porto e que tem um enorme trabalho naquilo que é a gestão do ciclo urbano da água, sendo este o seu negócio. “O município juntou estes dois temas – água e energia – aproveitando a sinergia entre os dois. O tema da energia na gestão da água é muito importante porque precisamos de energia para movimentar água, portanto este é o grande motivo da relação. E assim, aproveitamos a empresa que tinha mais conhecimento nessa área e onde agora estamos a investir. Fruto de uma experiência de um ano queríamos por o CMA a par daquilo que temos feito no município e que tem uma relação com aquilo que falamos anteriormente. As nossas áreas estão todas estruturadas a pensar na parte da operação e planeamento”. **O Vereador Filipe Araújo** explicou ainda que trabalha em alguns vetores e apresentou-os por temas e as linhas de ação para cada um deles: a primeira parte é gerir contratos de energia: o Município do Porto tem mais de 1500 contratos de energia. “Queremos ter uma efetiva monitorização daquilo que são os contratos que temos, que muitas vezes têm erros, potências reativas que não devíamos estar a pagar, consumos que estão a ser debitados de outra forma. Fruto desta análise já poupamos dezenas de milhares de euros ao erário público; outra situação: quando nós concessionamos uma atividade não quer dizer que temos de nos esquecer dela e que não a tenhamos de gerir;

Outro tema: a gestão de toda a iluminação cénica dos espaços verdes: “hoje, temos na empresa e na equipa meios próprios e temos trabalhado muito nesta lógica de manutenção, quer

preventiva quer corretiva e na perspetiva de termos um planeamento da iluminação pública, que permita que tipo de iluminação queremos para os diferentes espaços. A iluminação cénica se falha não damos conta porque temos a iluminação pública, mas é o que embeleza a cidade, que torna os monumentos aprazíveis, as praças mais passíveis de serem frequentadas e mostrou exemplos de vários cenários que agora estão diferentes. E é por isso importante este tipo de iluminação, que é LED.”, referiu o **Vereador Filipe Araújo**. O Vereador deu ainda conta que o município tem trabalhado na eficiência energética dos seus edifícios, na eletrificação da frota (há muitos postos de carregamento, cerca de 234 postos, e o município faz a gestão integrada dos mesmos e toda a gestão dos custos de energia). Acrescentou, ainda, as várias instalações de energia renovável e referiu que o tema da energia não está dissociado de uma lógica de comunidade. Deu o exemplo dos bairros sociais, especificamente dos painéis fotovoltaicos do Bairro Agra do Amial, projeto que foi financiado através do EEA Grants. Referiu que o Município participa em vários projetos Europeus, em conjunto com outras empresas municipais e a Agência de Energia. Reiterou que o Município controla toda a compra de energia (o município só compra energia renovável e podemos vender o excedente de produção que o município vier a ter). Informou que a Comunidade de Energia Renovável do Agra do Amial terá cerca de 181 habitações e a EB1 ao lado envolvidas nesta comunidade que terá algumas particularidades, nomeadamente a capacidade de armazenamento de energia com baterias (projeto de estudo e que querem escalar para cerca de 6MW no âmbito de vários edifícios de habitação social municipais).

O Vereador Filipe Araújo referiu ainda outros projetos que estão a decorrer, nomeadamente a substituição integral de todas as luminárias da cidade, onde o município irá poupar mais de 1 milhão de euros por ano. Até ao final do ano espera-se ter as luminárias todas alteradas. O município vai continuar a investir na iluminação cénica para ser uma cidade cada vez mais aprazível. Deu o exemplo da muralha Fernandina que assim ficará bem mais visível e assim valorizar este monumento nacional. A parte da digitalização também está muito associada a esta situação das cidades, todo o cadastro que tem sido promovido. Referiu, ainda, o Projeto Porto Solar, onde o município vai produzir 1 MW em 29 edifícios municipais.

Roque Brandão: A energia refere-se só à energia elétrica ou também se refere ao gás natural?

O Vereador Filipe Araújo respondeu que: “O tema da energia é transversal – temos aplicado mais atenção na energia elétrica, que é de facto onde há o grande consumo por parte do Município, mas todos os abastecimentos de gás serão tratados pela Águas e Energia do Porto. Até porque a produção de energia virá cada vez mais de vários locais – nós hoje produzimos energia com os resíduos, com energia fotovoltaica, com gás – e por isso este é mesmo um tema transversal.”





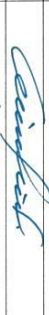

E nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos os presentes e deu por encerrada a reunião do Conselho Municipal de Ambiente às 18h00.

O Presidente do Conselho Municipal de Ambiente do Porto

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Filipe Araújo', with a stylized initial 'F' and a period at the end.

Filipe Araújo

CONSELHO MUNICIPAL DO AMBIENTE
Folha de Presenças – 01 de julho 2022

INSTITUIÇÃO	NOME	Assinatura
Nomeado CMP	Paulo Fariha Marques	
Nomeado CMP	Isabel Branco Martins	
Nomeado CMP	Ana Monteiro de Sousa	Ausente
ARPPA – Ass. Reg. Proteção Património Cultural	Dulce Marques Almeida	
CAMPO ABERTO	Manuela <i>Arturo Verdellus</i>	
FAPAS	Nuno Oliveira	
NDMALO	Manuela Guimarães	
QUERCUS	Célia Vilas Boas	
OLHO VIVO	António Joaquim Luz	
FORESTIS	Rosário Alves	
AMO Portugal – Associação Mãos à Obra	Carlos Evaristo	
OPE - Organização para a Promoção dos Ecoclubes	Joana Santos Silva	
Zero –Ass. Sistema Terrestre Sustentável	Joaquim Peixoto	
Rui Moreira: Aqui Há Porto - RM	José Maria Montenegro	
Partido Socialista - PS	Helena Maia	
Partido Social Democrata – PSD	Silvia Lopes Soares	
Coligação Democrática Unitária - CDU	Rui Sá	
Chega	Paulo Martins	
Bloco de Esquerda - BE	Miguel Semedo	

Pessoas-Animais-Natureza – PAN	Cristina Santos	
Junta de Freguesia de Campanhã	Paulo Ribeiro	
Junta de Freguesia do Bonfim	João Aguiar	
Junta de Freguesia de Paranhos	Teresa Mota	
Junta de Freguesia de Ramalde	Patricia Rapazote	
União de Freguesias Aldoar, Foz e Nevogilde	Tiago Mayan	
União de Freguesias do Centro Histórico do Porto	Tiago Fonseca	
União de Freguesias Lordelo do Ouro e Massaralos	Sofia Mãa	
CCDR-N - Direção de Serviços de Ambiente	Manuela Novais	
Pelouro do Ambiente	Filipe Araújo	
Pelouro do Urbanismo	Isabel Martins	
Porto Ambiente, EM	Luis Assunção	
Agência de Energia do Porto	Rui Pimenta	
Águas e Energia do Porto, EM	Ruben Fernandes	
Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas	Gabriela Leite	
Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Ambiental	Pedro Pombeiro	